NIKOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS INCENTIVADOS DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA RENDA FIXA

OGIN11

Relatório Mensal

Abril de 2026

O Nikos Infra é um fundo de renda fixa que investe seus recursos, preponderantemente, em debêntures incentivadas do setor de infraestrutura, conforme definido na Lei 12.431. O fundo está disponível para o público em geral e tem como meta de retorno superar o rendimento dos títulos públicos de prazo médio equivalente.

Gestão Nikos	Isenção	Renda	Proteção	Liquidez
Histórico comprovado desde 2011 e mais de R$ 1 bilhão sob gestão ("AUM")	Rendimentos e ganho de capital isentos de imposto de renda para pessoas físicas	Perspectiva de distribuição de rendimentos mensais	Produto com proteção contra grandes oscilações nas curvas de juros	Ativo negociado na B3

Gestão:	**Nikos Gestão de Recursos**
Administração:	Banco Daycoval S.A.
Início das atividades:	Outubro de 2022
Tipo e Prazo do Fundo:	Condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado.
Público alvo:	Investidores em geral
Código de negociação:	OGIN11
Quantidade de emissões:	1
Número de cotas:	4.667.034

Destaques: fim do mês

R$ -
Dividendo Mensal

- %
Dividend Yield
mensal, anualizado

R$ 9,58
Valor Patrimonial
após dividendos

R$ 7,60
Preço de mercado
P/VP: 79,3%

R$ -
Reserva de Lucro[1]

-R$ 0,12
Δ Reserva de Lucro
após dividendos, fim do mês

0,80 %
Spread de Crédito[2]
CDI+ % a.a.

4,64
Duration
Anual, 252 d.u.

1. Diferença entre o valor patrimonial e o valor de emissão das cotas.
2. Carrego total da carteira

O mês de abril deu continuidade e ampliou o movimento de abertura dos spreads de crédito das debêntures incentivadas iniciado em fevereiro. A magnitude e a duração do ajuste já superam o que foi observado em outubro do ano passado, mês também marcado por forte abertura. A remarcação nos preços dos ativos no mercado secundário foi expressiva e impactou, de forma mais ampla, o resultado do fundo e da indústria como um todo.

Considerando o cenário descrito e a intensidade do movimento, a reserva de lucros acumulada ao final de março, no montante de R$ 0,12 por cota, formada ao longo dos meses anteriores com base em ganhos não recorrentes e estruturada com a finalidade específica de atuar como amortecedor em períodos de estresse, foi totalmente consumida pela remarcação das debêntures incentivadas no mercado secundário, como citado nos relatórios dos meses de Fevereiro e Março. A dimensão do ajuste observado ao longo do mês excedeu a capacidade de absorção dessa reserva, o que levou o valor patrimonial da cota a recuar para um nível inferior à linha d'água de R$ 9,58 e, como efeito direto, inviabilizou a distribuição de rendimentos no período.

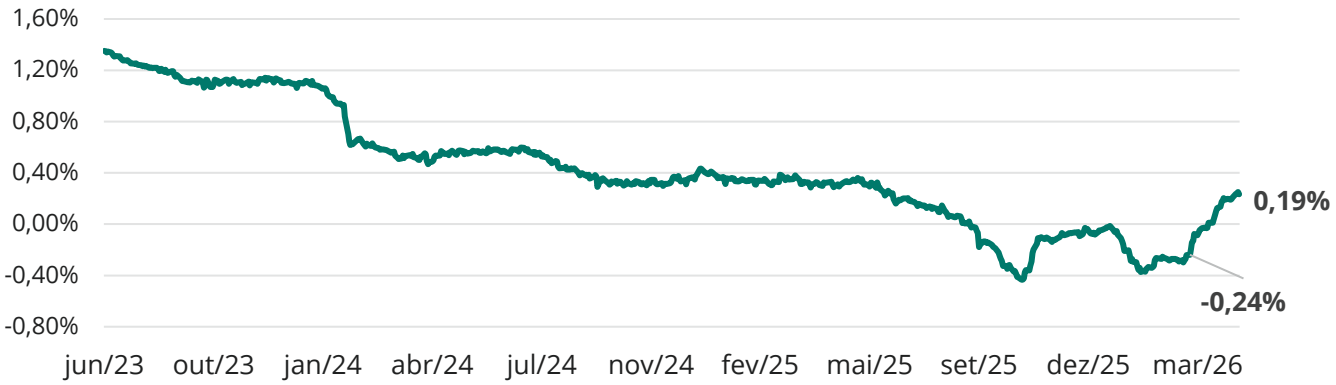
Em relação aos proventos, embora frequentemente utilizado pelo mercado de forma conjunta, vale diferenciar os dois fluxos financeiros que o cotista pode receber ao longo da vida do fundo, visto que possuem naturezas econômicas distintas. A distribuição de rendimentos representa a remuneração efetiva do capital investido: origina-se dos juros das debêntures, dos ganhos de marcação a mercado e de outros retornos da carteira, sendo repassada ao cotista sem reduzir o valor do principal, sendo, de fato, o lucro sobre a aplicação. Já a amortização de cotas, embora ocorra como um pagamento periódico e se assemelhe a um provento, consiste na devolução parcial do próprio montante aportado. Nesse caso, o valor pago é abatido do capital original e reduz, na mesma proporção, o valor patrimonial da cota, sem embutir qualquer remuneração nesse fluxo.

A linha d'água é o mecanismo que separa essas duas situações e funciona como um valor de referência. Assim, o fundo só pode distribuir rendimentos quando a cota está acima desse nível. Nesse contexto, destacamos que o fundo não distribuiu rendimentos devido à falta de reservas de lucro.

A leitura da Gestora é que o movimento, embora pese no resultado de curto prazo, deixa o fundo melhor posicionado para o horizonte adiante. O carrego da carteira passou a operar em patamar relevante e a assimetria entre os preços atuais e os fundamentos dos ativos abre espaço para eventuais fechamentos de spread, que se traduziriam em ganhos de marcação no futuro. No estágio anterior, com os spreads comprimidos, a equação risco-retorno seguia se deteriorando e a probabilidade de ajustes positivos de preço para o fundo era cada vez menor.

Apesar da reprecificação relevante já observada, o cenário ainda comporta incertezas e segue sob acompanhamento próximo da Gestora. A retomada das distribuições deverá ocorrer assim que o fundo voltar a gerar resultados positivos, sem necessidade de reconstituição prévia da reserva. A recomposição desse amortecedor se dará de forma gradual, em paralelo aos pagamentos, ao longo dos próximos meses.

Evolução dos *Spreads - Deb.Incentivadas*

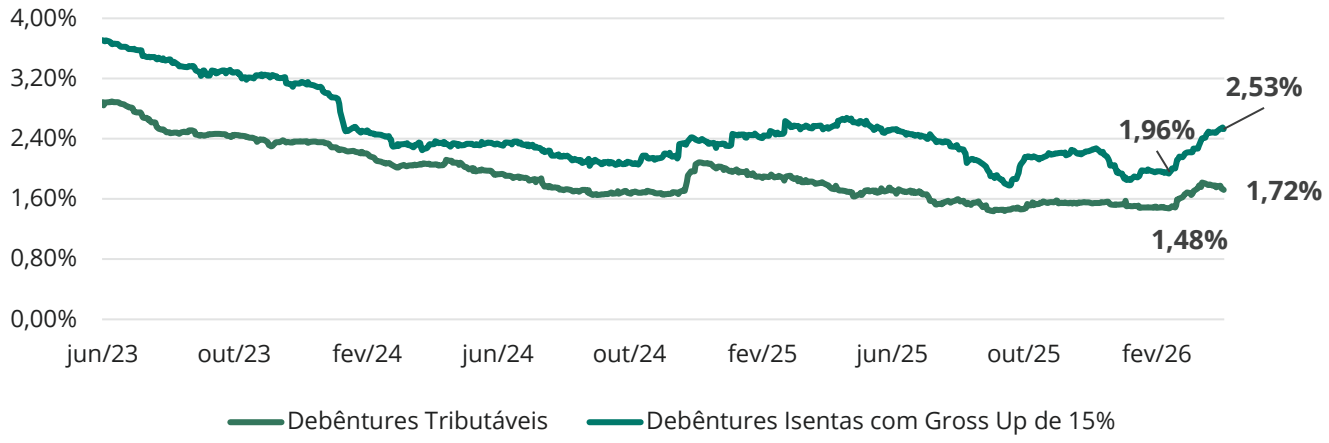


Fonte: Economática ; **Elaboração:** Nikos Gestão

Em complemento ao posicionamento descrito anteriormente, vale destacar a natureza do movimento observado nos últimos meses. A dinâmica vista no mercado secundário decorre principalmente de fatores técnicos, como fluxos de resgate na indústria, condições de liquidez e remarcação de preços, e não de piora na qualidade de crédito dos emissores ou dos projetos financiados. Os ativos da carteira do OGIN11 seguem performando dentro do esperado em termos de fundamentos, e a Gestora não identifica deterioração no perfil de risco que justificasse a magnitude do ajuste de preços observado.

Considerando ainda o efeito do gross-up de 15%, utilizado para comparar o rendimento dos títulos isentos na mesma base tributária dos papéis convencionais, o spread ajustado das debêntures incentivadas permanece bem acima do observado em títulos tributados, como indicado no gráfico de evolução dos spreads. O prêmio oferecido pelos ativos segue em patamar relevante e reforça a atratividade do segmento, sobretudo para o investidor pessoa física, que captura integralmente a isenção fiscal sobre os rendimentos.

Evolução dos *Spreads - Isentos e Tributáveis*



Fonte: Economática ; **Elaboração:** Nikos Gestão

Combinados, qualidade preservada dos ativos, prêmio elevado e benefício fiscal estrutural sustentam a leitura de que a classe segue com fundamentos consistentes e oportunidade preservada no horizonte de longo prazo.

Seguimos acompanhando de perto a dinâmica do mercado secundário e os fluxos da indústria. A reversão do fluxo nos fundos de infra é particularmente relevante, dado o papel desses fundos como importante catalisador de demanda pelos ativos isentos. Combinada a um volume ainda expressivo de emissões primárias em absorção, essa dinâmica intensifica a pressão sobre os preços no secundário e ajuda a explicar a continuidade do movimento de abertura de spreads.

Para além do monitoramento, a Gestora segue ativa na busca por trades estratégicos que aproveitem a volatilidade atual. Movimentos de mercado dessa intensidade abrem oportunidades, e a equipe segue atenta a oportunidades de melhorar o perfil de carrego e a qualidade da carteira a partir dos níveis atuais de preço

No mercado secundário, o OGIN11 segue negociado com desconto em relação ao seu valor intrínseco. Encerramos abril com as cotas a R$ 7,60, o que representa um deságio frente ao Valor Patrimonial e configura, potencialmente, uma janela de entrada mais expressiva do que a observada ao final de março.

O ponto que merece destaque é que esse desconto não encontra correspondência nos fundamentos da carteira. O fundo segue líquido, com posições concentradas em emissores de qualidade reconhecida e diversificação relevante entre setores e nomes, conforme detalhado nos slides seguintes. Em outras palavras, o preço de tela carrega um deságio que descola do valor real dos ativos sob gestão.

Essa defasagem entre preço e valor abre dois vetores de captura de retorno para o investidor: a eventual convergência entre o preço de mercado e o valor patrimonial, e a maximização do carrego, dado que a aquisição a preços descontados eleva a taxa implícita de retorno. A entrada no patamar atual de R$ 7,60 projeta um retorno bruto potencial de 19,6% ao ano, equivalente a CDI + 4,6% ou IPCA + 12,7%, líquido de Imposto de Renda. A tabela ao lado detalha como esses retornos se comportam em diferentes níveis de cota de mercado, permitindo ao investidor calibrar a leitura conforme o ponto de entrada.

Esses níveis representam um prêmio expressivo frente às alternativas tradicionais de crédito privado e ampliam ainda mais a atratividade do ponto de entrada, sobretudo quando comparados aos patamares observados nos meses anteriores.

Simulação de rentabilidade ao investidor

Data base: 30/04/2026

Cota Mercado (R$)	Taxa Média Bruta (CDI+)	Taxa Média Bruta (IPCA+)	Retorno Bruto %
7,00	6,2%	14,4%	21,5%
7,30	5,3%	13,5%	20,5%
7,60	**4,6%**	**12,7%**	**19,6%**
7,90	3,9%	11,9%	18,8%
8,20	3,2%	11,2%	18,1%
8,50	2,6%	10,6%	17,4%
8,90	1,9%	9,8%	16,6%
9,30	1,2%	9,1%	15,8%
9,58	0,8%	8,6%	15,3%

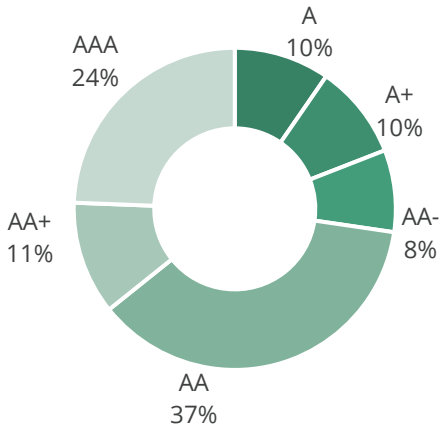
Ticker	Emissor	Spread de Crédito[1]	Δ Spread (p.p.)	Duration (anos)	% carteira atual (²)	Δ % carteira
UTPS22	Pampa Sul	0,42%	-0,16	5,6	4,07%	1,59%
CLTM14	Via Mobilidade 8 e 9	0,65%	0,40	5,8	4,06%	0,03%
CRCF12	EPR Vias do Café	0,83%	0,08	8,0	3,99%	0,13%
IRJS14	Iguá Rio	2,42%	0,74	6,8	3,96%	-0,04%
VSJH11	Ventos de São Jorge	4,27%	1,00	1,2	3,90%	0,14%
CJEN13	Tesc	-0,38%	-0,19	4,1	3,90%	0,14%
IGSN15	Iguá	2,20%	0,53	3,8	3,69%	0,05%
ARTRA7	Arteris	1,18%	0,37	5,8	3,64%	0,03%
CSNP12	Companhia Energetica Sinop	-0,17%	-0,25	2,7	3,57%	0,76%
CNRD12	Way-306	0,71%	0,04	7,1	3,56%	1,35%
ENTV12	Entrevias	-0,09%	0,28	2,5	3,55%	1,72%
GSTS14	Águas de Teresina	0,98%	0,94	4,2	3,39%	1,86%
AURP12	Auren	0,05%	- -	6,1	3,34%	3,34%
CART13	Raposo Tavares	0,33%	0,40	4,0	3,34%	0,05%
CRTR12	EPR Triângulo	0,67%	0,06	6,8	3,25%	0,09%
ENSEB4	Energisa Sergipe	0,15%	0,18	6,9	2,81%	1,36%
RUMOA3	Rumo	0,80%	0,07	2,3	2,45%	0,07%
ENAT11	Brava Energia	0,70%	0,33	1,7	2,32%	0,06%
ELTN37	Eletronorte	-0,06%	- -	6,7	2,09%	2,09%
RIGEA3	Rge Sul	-0,42%	0,20	2,3	1,69%	0,04%
MGPRA0	Metrô Rio	1,39%	0,45	8,0	1,69%	-0,70%
BHSA11	Barreiras Holding	0,35%	0,22	7,5	1,68%	-1,74%
APFD19	Autopista Fernao Dias	-0,06%	0,08	2,9	1,47%	0,04%
IVIAA0	Intervias	0,83%	0,31	5,8	1,37%	-2,56%
NEOE26	Neoenergia	-0,16%	- -	3,0	1,35%	1,35%
CEPEA7	CELPE	0,22%	0,15	9,2	1,33%	-0,63%
	Outros[2]				13,72%	

1. O OGIN11 pode operar com alavancagem.
2. Ativos que individualmente representam menos de 1% do PL do OGIN11

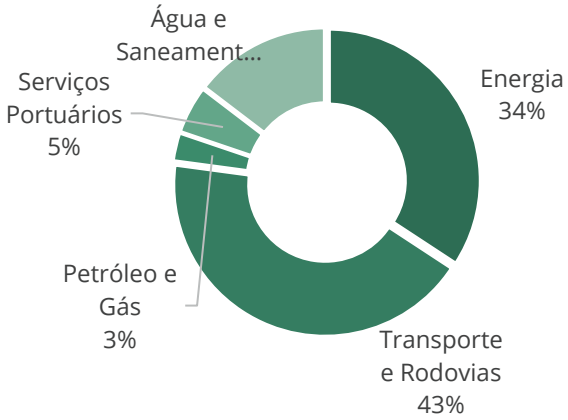
Ao longo dos últimos meses, viemos trabalhando uma redução gradual da duration média da carteira, antecipando um cenário de pressão sobre os spreads que efetivamente se materializou. O movimento foi conduzido com a venda de ativos mais longos e a realocação em papéis mais curtos, reduzindo a sensibilidade do fundo a movimentos adicionais nas curvas e ampliando a flexibilidade de gestão à frente.

No campo tático, o destaque do mês foi a redução relevante da exposição a Aegea. Seguimos posicionados no emissor via outras emissões, mas optamos por diminuir a exposição após eventos que impactaram o preço dos ativos no mercado secundário. A venda foi executada em torno de 350 pontos de spread, com a leitura de que o mercado seguiria agredindo o papel. A leitura se confirmou: hoje os ativos negociam entre 400 e 500 pontos. Na avaliação atual da Gestora, o ajuste de preços reflete principalmente fatores de mercado e não compromete a solvência ou a capacidade do emissor honrar suas obrigações. A posição segue sob acompanhamento e voltaremos a avaliar a retomada da exposição caso identifiquemos ponto de entrada adequado.

Alocação por Rating

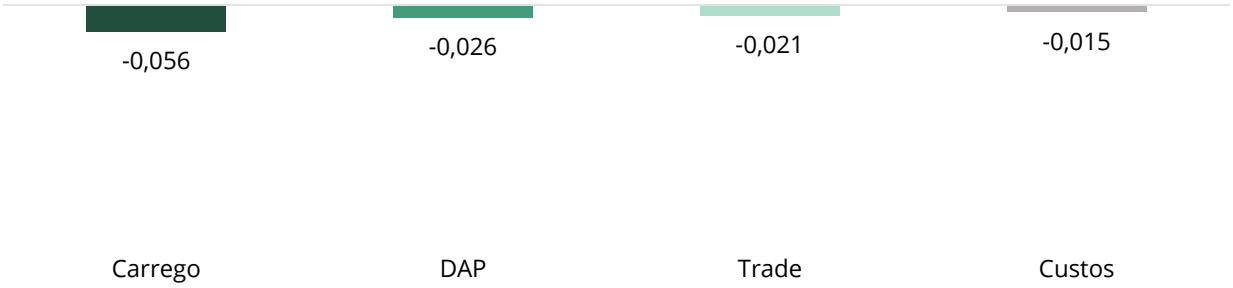


Alocação por Setor



O mês de abril encerrou com resultado total negativo, reflexo direto da intensificação da abertura dos spreads de crédito no mercado secundário, que pressionou o carrego do fundo e gerou rentabilidade negativa nos ativos da carteira. Soma-se a isso a abertura do juro real verificada no mês, que também contribuiu para a pressão sobre o resultado. O principal detrator do período foi a remarcação negativa dos ativos via abertura de spreads, que não pôde ser compensada pelos demais componentes do resultado.

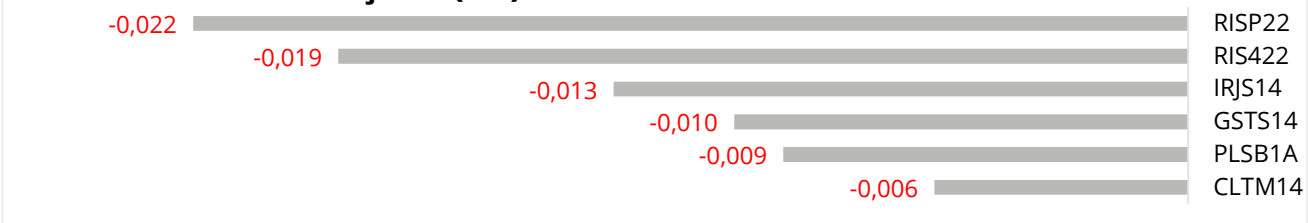
Resultado por Cota (R$)



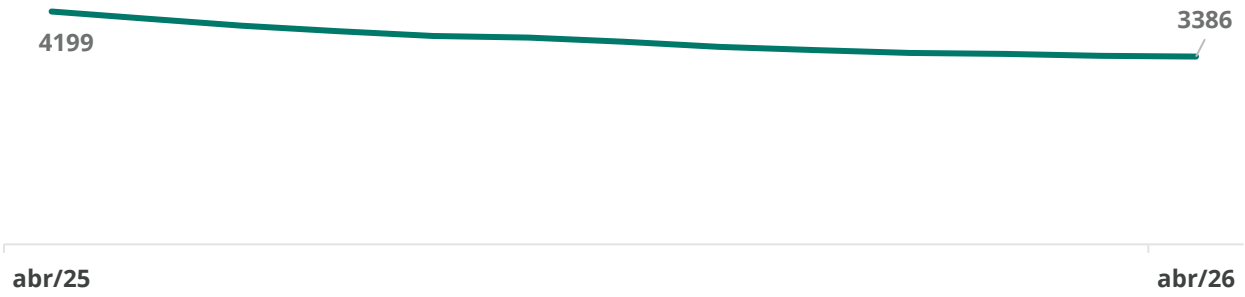
Maiores Contribuições (R$)



Menores Contribuições (R$)



Evolução no número de cotistas



Fontes: B3. Elaboração própria.

Em relação ao número de cotistas, o fundo segue com um passivo saudável e bem pulverizado, com mais de 3.000 cotistas alocados no OGIN11.

Convidamos vocês a acompanhar nosso relatório interativo, disponível através deste link, no qual é possível consultar os principais indicadores, posições e resultados do fundo mês a mês.

Para dúvidas, comentários e sugestões, estamos disponíveis também pelo nosso site e no canal abaixo.

relacionamento@nikosgestao.com.br

Apêndice: Emissores

Setor: Água e Saneamento

Águas de Teresina Saneamento SPE S.A

A concessionária é responsável pela concessão plena de água e esgoto no município de Teresina, Estado do Piauí. O contrato de 30 anos, que teve início em 2017, é regulado pela Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos de Teresina (ARSETE). A concessão é controlada pela Aegea, o maior player de saneamento privado do país.

Águas do Rio

A concessionária é responsável pela concessão plena de água e esgoto em 27 municípios do estado do Rio de Janeiro, incluindo 124 bairros da capital. Atende a mais de 10 milhões de pessoas. A concessão é controlada pela Aegea, o maior player de saneamento privado do país.

Iguá Saneamento S.A.

A concessionária é uma das maiores empresas privadas do setor de saneamento no Brasil, atuando na operação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário por meio de concessões e PPPs. A companhia está presente em mais de 100 municípios de inúmeros estados (Alagoas, Mato grosso, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe)

Iguá Rio de Janeiro S.A.

A concessionária é responsável pela concessão plena de água e esgoto de parte da Zona Oeste do Rio de Janeiro, Miguel Pereira e Paty de Alferes. O contrato de 35 anos, que teve início em 2022, deve impactar mais de 1,2 milhão de pessoas

Setor: Energia

Barreiras Holding S.A

Barreiras Holding S.A é um projeto de geração de energia solar localizado no estado da Bahia, controlado diretamente pela Echoenergia Crescimento e, indiretamente, pela Equatorial Energia (companhia listada na B3). O projeto possui 351,1 MW de capacidade instalada, com um P50 estimado de 117,5 MW. A autorização do empreendimento é válida até maio de 2056. Atualmente, a companhia já alcançou um avanço físico de 67,2% nas obras do parque solar.

Hélio Valgas Solar Participações S.A.

O complexo solar Hélio Valgas (HV), localizado em Várzea de Palma (MG), tem uma capacidade instalada de 661MWp, entrando em operação a partir de meados de 2023 sob um contrato de fornecimento de energia de LP (PPA de 20 anos). O projeto está sendo desenvolvido pela Mercury Renew, uma subsidiária da Comerc, que, por sua vez, é uma das maiores traders de energia do país, especializada em geração distribuída e geração centralizada a partir de fontes renováveis (eólica e solar).

Elektro Redes S.A.

A Elektro Redes S.A. atua em 228 municípios, abrangendo principalmente o estado de São Paulo e parte do Mato Grosso do Sul. Além disso, sua infraestrutura atende a mais de 2,9 milhões de unidades consumidoras, levando energia para cerca de 6 milhões de pessoas com indicadores de qualidade referência no setor.

Companhia Elétrica de Pernambuco

A Companhia Energética de Pernambuco, Neoenergia Pernambuco atua em todos os 184 municípios do estado, abrangendo também o arquipélago de Fernando de Noronha e a cidade de Pedra de Fogo (PB). Além disso, sua infraestrutura atende a cerca de 3,9 milhões de unidades consumidoras, fornecendo energia para uma população superior a 9 milhões de pessoas.

Setor: Energia (cont.)

Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A

A companhia atua como concessionária de energia elétria, sob controle acionário da Energisa S.A., e possui sede em Aracaju, no estado de Sergipe. Sua área de concessão abrange 63 municípios sergipanos, atendendo 908.827 consumidores. A concessão foi outorgada em 1997, pelo prazo de 30 anos.

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.

Controlada pelo Grupo Equatorial, a distribuidora goiana opera uma das concessões mais estratégicas do país, atendendo a uma região de forte vocação agroindustrial. Sua rede de distribuição alcança quase a totalidade do estado de Goiás, gerenciando o fornecimento para mais de 3,3 milhões de clientes com foco na recuperação da qualidade do serviço e eficiência operacional.

Ventos de São Jorge Holding S.A.

O complexo eólico Ventos de Tianguá está localizado na Serra de Ibiapaba, no município cearense de Tianguá. Composto por cinco parques eólicos, 77 aerogeradores e uma capacidade instalada total de 130,12 MW. A emissora é controlada pela Echoenergia Participações S.A, que é detida pela Equatorial Energia (companhia listada na B3).

Setor: Petróleo e Gás

Brava Energia S.A

A Brava Energia é a companhia formada pela fusão entre a 3R Petroleum e a Enauta, anunciada em 2024. Atualmente, a companhia é uma das maiores produtoras independentes de petróleo do Brasil. O objetivo da fusão foi unir forças para criar uma empresa mais robusta e eficiente no setor de óleo e gás.

OceanPact Serviços Marítimos LTDA

Criada em 2007 no Rio de Janeiro, a companhia é uma prestadora de serviços de suporte marítimo no Brasil. Opera nos segmentos de embarcações e serviços. Suas áreas de atuação são: (i) Ambiental, (ii) Operações submarinas e (iii) Logística e Engenharia.

Setor: Serviços Portuários

Tesc - Terminal Santa Catarina S/A

A Tesc é um terminal multipropósito no porto de São Francisco do Sul/SC. Foi arrendado em 1996 e fica estrategicamente localizado próximo à BR 101, o que garante acesso aos principais centros industriais da região Sul e Sudeste. Teve seu contrato renovado em 2017, passando a vencer somente em 2042.

Setor: Transporte e Rodovias

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

A concessionária é responsável pela operação das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário da cidade do Rio de Janeiro (RJ), além de prestar serviços de operação e manutenção do material rodante, sistemas e infraestrutura da Linha 4. O contrato foi estabelecido em 2008 com prazo de 30 anos. Juntas, as linhas somam 58km de extensão, 41 estações e 64 trens.

Concessionaria das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo SA

A Via Mobilidade 8 e 9 é uma concessão comum de 30 anos (até janeiro de 2052) das linhas 8 e 9 do sistema de trens metropolitanos de São Paulo. Atualmente, as linhas transportam 800 mil passageiros por dia, através de 74km de extensão e 44 estações (42 operacionais e 2 em construção).

Concessionária da Rodovia MS-306 S.A.

A concessionária é responsável pelo controle e manutenção da rodovia MS-306. Com início das operações em março de 2020, e 30 anos de prazo, espera-se que a concessão termine em 2050. A companhia é responsável pela administração, recuperação, conservação, manutenção, implementação de melhorias e ampliação da rodovia.

Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A

A concessionária administra 9 rodovias da região do Triângulo Mineiro. A concessão iniciou em outubro de 2022 e é uma concessão Estadual, com a SEINFRA/MG sendo a reguladora. O contrato de concessão tem vigência até 2053. É uma importante malha rodoviária para o transporte da produção agrícola do sudoeste de Minas Gerais para São Paulo e portos do Sul do Brasil. É controlada pela holding Grupo EPR, que possui como acionistas o Grupo Equipav e a Perfin Infra.

Setor: Transporte e Rodovias (cont.)

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

A Intervias consiste de 5 rodovias, que totalizam um total de 375 km, ligando municípios do interior de São Paulo. A região é forte no transporte de produtos agrícolas e industriais. O contrato de concessão tem vigência até 2039. A Intervias é hoje uma concessão já madura e representa o maior percentual de receita da Arteris atualmente.

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

O Grupo Ecorodovias é uma das principais concessionárias de rodovias do Brasil, atuando na gestão e operação de estradas e terminais de carga desde 1999. Entre os ativos mais importantes do grupo, estão as concessões de importantes rodovias, como a BR-101 e a BR-116, que desempenham um papel crucial na mobilidade e no escoamento de produtos no país.

Concessionária Rodovias do Café SPE S.A

A Concessionária é responsável pela administração e operação do lote rodoviário Varginha-Furnas, em Minas Gerais. O contrato de concessão, assinado em 12 de agosto de 2023, tem duração de 30 anos a partir de sua efetivação em 23 de outubro de 2023. A concessão abrange 432,8 km de rodovias, incluindo trechos das MG-167, BR-265, LMG-863, CMG-491, BR-146 e CMG-369 . A cobrança de pedágios teve início em julho de 2024, com seis praças de pedágio instaladas ao longo do trecho. A empresa foi constituída em 18 de julho de 2023, com capital social de R$ 120 milhões.

EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A

A Concessionária é responsável pela administração de 733 km das rodovias BR-116 (RJ/MG), BR-465 (RJ) e BR-493 (RJ), conectando o Rio de Janeiro a Minas Gerais. A concessão, assinada em 22 de agosto de 2022, tem vigência de 30 anos a partir de 22 de setembro de 2022, data em que também iniciou-se a cobrança de pedágio. O contrato prevê investimentos significativos em infraestrutura, incluindo a duplicação de 303 km de rodovias e a construção de 255 km de faixas adicionais. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou apoio financeiro de R$ 7,3 bilhões para essas obras, que beneficiarão 36 municípios nos dois estados.

Setor: Transporte e Rodovias (cont.)

Arteris S.A

A Arteris é responsável pela administração e operação de diversos trechos rodoviários em importantes corredores logísticos do país, abrangendo rodovias nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro. A companhia atua por meio de concessões federais e estaduais, com contratos que, em geral, têm duração de 25 a 30 anos. Entre suas principais concessões estão a Autopista Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte pela BR-381, a Régis Bittencourt (BR-116), a Litoral Sul (BR-101) e a Planalto Sul (BR-116). A malha concedida soma cerca de 3.400 km de extensão. A cobrança de pedágios é realizada em dezenas de praças distribuídas ao longo dos trechos, com tarifas definidas pela ANTT ou pelos órgãos estaduais, conforme o caso.

Concessionaria Auto Raposo Tavares S/A

A Auto Raposo Tavares é uma concessionária de rodovias responsável pela administração, operação, manutenção e ampliação de trechos da SP-270, SP-327 e SP-225, no Estado de São Paulo, dando acesso ao início da SP-280 Rodovia Castelo Branco, além da importante conexão com o Mato Grosso do Sul e ao Norte do Paraná. A empresa é controlada indiretamente pelo Pátria Investimentos. Tem participação minoritária do Itaú na estrutura acionária.

Autopista Fernão Dias S.A.

A Autopista Fernão Dias, é concessionária responsável pela gestão de 562 km da BR-381, ligando as regiões metropolitanas de Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP). A concessão foi obtida em 2007 e iniciou em 2008, com contrato de 25 anos e atravessa 33 municípios, atendendo cerca de 16,6 milhões de habitantes. A concessão passou por processo competitivo e houve mudança de controle acionário, com a Motiva tornando-se a nova controladora.

Rumo Logística

A Rumo é a maior operadora ferroviária do Brasil, com uma malha que se estende por mais de 14 mil km de ferrovias, abrangendo os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, conectando polos agrícolas e industriais aos principais portos de exportação, como Santos e Paranaguá. A companhia atua sob regime de concessão federal, com contratos de longo prazo regulados pela ANTT. Sua operação abrange transporte de grãos, combustíveis, açúcar, contêineres e produtos industriais, além de serviços logísticos integrados de armazenagem e terminais. A empresa tem papel central na logística do agronegócio brasileiro, sendo controlada pela Cosan S.A.

Setor: Transporte e Rodovias (cont.)

Holding do Araguaia S.A

A Holding do Araguaia é uma concessionária do grupo Ecorodovias responsável pela administração, operação e manutenção de 850,7 km das rodovias BR-153, BR-080 e BR-414, localizadas nos estados de Goiás e Tocantins. O corredor é um dos principais eixos logísticos do país, conectando o Centro-Oeste ao Norte e ao Sudeste, com papel estratégico no escoamento de grãos, insumos e produtos industriais. A concessão teve início em outubro de 2021, com prazo de 35 anos, e prevê investimentos significativos em ampliação, duplicação e modernização da infraestrutura rodoviária, contribuindo para maior segurança viária, fluidez do tráfego e desenvolvimento regional.

DISCLAIMER

Nikos Gestão de Recursos Ltda. (“Nikos Gestão”) é uma instituição autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a prestar o serviço de administração de carteira de valores mobiliários, de acordo com o Ato Declaratório no 21.769, de 09 de fevereiro de 2024. As informações aqui contidas são de caráter informativo, bem como não se trata de qualquer tipo de análise ou aconselhamento para a realização de investimento, não devendo ser utilizadas com esses propósitos, nem entendidas como tais. A Nikos Gestão não se responsabiliza por decisões de investimentos que venham a ser tomadas com base nas informações aqui divulgadas. Os investimentos em fundos estão sujeitos a riscos específicos de mercado. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC. LEIA O REGULAMENTO, O FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E A LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS DOS FUNDOS ANTES DE INVESTIR.

Serviço de Atendimento ao Cotista (SAC): relacionamento@nikosgestao.com.br

Ouvidoria: ouvidoria@nikos.com.br

Telefone: 0800 774 2006